

12/05/2010

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 25.391 DISTRITO FEDERAL

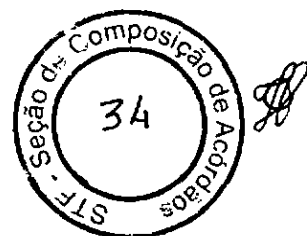
RELATOR : **MIN. AYRES BRITTO**
IMPTE. (S) : BACAERI FLORESTAL LTDA
ADV. (A/S) : MARCELO BERTOLDO BARCHET E OUTRO (A/S)
IMPDO. (A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV. (A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. DESAPROPRIAÇÃO. REFORMA AGRÁRIA. VIABILIDADE DA ANÁLISE DOS VÍCIOS DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DO INCRA. PRELIMINAR REJEITADA. EXISTÊNCIA DE PROVA DE QUE A PESSOA QUE RECEBEU A NOTIFICAÇÃO DA VISTORIA PRÉVIA TINHA PODERES DE REPRESENTAÇÃO. REGULARIDADE DA INTIMAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO CADASTRAL. POSSIBILIDADE DE DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO EM ÁREA DE FLORESTA AMAZÔNICA PARA ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA. A INEXISTÊNCIA DE PROVA DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 7º DA LEI 8.629/93 AFASTA A PROTEÇÃO CONFERIDA AO IMÓVEL RURAL OBJETO DE IMPLANTAÇÃO DE PROJETO TÉCNICO. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO DE ENTIDADE DE CLASSE (ART. 2º DO DECRETO 2.250/97) SOBRE A VISTORIA PRÉVIA. INVASÃO DA PROPRIEDADE, POSTERIORMENTE À VISTORIA.

1. Vícios eventuais do procedimento administrativo se expõem à análise pelo Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento de mandado de segurança impetrado contra o decreto presidencial. Preliminar afastada.

2. Não há nenhuma ilegalidade na notificação da vistoria prévia, dado que, além de a impetrante não haver demonstrado que a pessoa que a recebera não detinha poderes de representação, há nos autos prova em sentido contrário.

3. A impetrante foi regularmente intimada da atualização cadastral do imóvel rural. O endereço para o qual se enviou a



MS 25.391 / DF

correspondência consta da matrícula do imóvel e do próprio laudo agrônômico. A autora deixou de afirmar, categoricamente, não haver recebido a intimação.

4. O imóvel rural situado em área de cobertura florestal primária, incidente no Ecossistema da Floresta Amazônica, é passível de desapropriação para fins de reforma agrária, desde que as terras sejam destinadas à criação de projetos de assentamento agroextrativista (parágrafo único do art. 1º da Portaria/MEPF 88/99 e § 6º do art. 37-A do Código Florestal).

5. A proteção conferida pelo art. 7º da Lei 8.629/93 ao imóvel objeto de implantação de projeto técnico não se aplica quando desatendidos os requisitos legais. Não comprovado, pela impetrante, o cumprimento de tais requisitos. Há, ao contrário, indícios de falsificação de documento.

6. A intimação da entidade de classe (art. 2º do Decreto 2.250/97) apenas é necessária se ela própria houver indicado a área a ser desapropriada. Precedentes: MS 23.312/PR, MS 23.889/MS, MS 25.185/DF.

7. A invasão do imóvel rural, após a ocorrência da vistoria prévia, não é óbice a sua desapropriação. Precedentes: MS 25.186/DF, MS 24.484/DF.

8. Segurança denegada. Remessa de cópia dos autos ao MPU, para apurar ocorrência de crime.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal em denegar a segurança, o que fazem nos termos do voto do Relator e por unanimidade de votos, em



MS 25.391 / DF

sessão presidida pelo Ministro Cezar Peluso, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas. Votou o Presidente.

Brasília, 12 de maio de 2010.



AYRES BRITTO

-

RELATOR

11/02/2008

TRIBUNAL PLENO

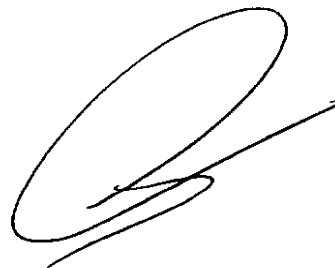
MANDADO DE SEGURANÇA 25.391-6 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
IMPETRANTE(S) : BACAERI FLORESTAL LTDA
ADVOGADO(A/S) : MARCELO BERTOLDO BARCHET E OUTRO(A/S)
IMPETRADO(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADVOGADO(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

R E L A T Ó R I O**O SENHOR MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO - (Relator):**

Trata-se de mandado de segurança, manejado com pedido de medida liminar, impetrado por Bacaeri Florestal Ltda, contra ato do Presidente da República. Ato consubstanciado no Decreto de 11 de fevereiro de 2005, que declarou a "Fazenda Continental III, Lote A", de interesse social para fins de reforma agrária e autorizou a desapropriação do imóvel nos termos da Lei Complementar 76/93.

2. O impetrante argüiu, em síntese, a nulidade do procedimento administrativo a cargo do INCRA, pelos seguintes motivos: a) invalidade da notificação para a vistoria prévia, dado que recebida por pessoa sem poderes de representação; b) inexistência de intimação sobre a atualização cadastral do imóvel, uma vez que endereçada a local diverso da sede da empresa-autora; c) impossibilidade de desapropriação do imóvel, por se localizar em área de floresta amazônica (art. 1º da Portaria/MEPF 88/99) e ser objeto de Plano de Manejo Florestal Sustentável (art. 7º da Lei 8.629/93); d) inexistência de notificação das entidades de classe (art. 2º do Decreto 2.250/97); e) invasão da propriedade por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (§ 6º do art. 2º da Lei 8.629/93).



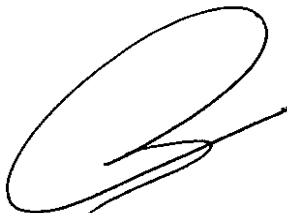
MS 25.391 / DF

3. O Ministro Celso de Mello, então relator do caso, deferiu a liminar e suspendeu, até o julgamento deste *mandamus*, a aplicabilidade do decreto presidencial (fls. 408/409).

4. Prossigo neste relato para dizer que, solicitadas informações à autoridade apontada como coatora, foram estas prestadas às fls. 417/462. Sendo que o Presidente da República defendeu a legalidade do ato atacado e refutou, um a um, os fundamentos da impetração. Após, dei vista dos autos ao Procurador-Geral da República, havendo este pugnado pela denegação da segurança (fls. 602/606).

5. Por fim, o Ministro Celso de Mello, em despacho de fls. 613 e tendo em conta a superveniência de razões de foro íntimo, declarou-se suspeito (parágrafo único do art. 135 do CPC). Redistribuídos os autos, vieram-me conclusos.

6. É o relatório.



11/02/2008

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 25.391-6 DISTRITO FEDERALV O T O

(PRELIMINAR)

O SENHOR MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO - (Relator):

Começo por desacolher a alegação de não-cabimento de mandado de segurança para questionar eventuais vícios do procedimento administrativo-desapropriatório. Se a propriedade é direito fundamental, conferido tanto pelo *caput* do art. 5º da Constituição quanto pelo seu inciso XXII, não é, todavia, de intocabilidade absoluta. Há casos em que o interesse privado cede espaço ao interesse público e o particular se vê destituído, temporária ou permanentemente, de sua propriedade (incisos XXIV e XXV do art. 5º da Carta Magna).

8. Alguns desses casos estão previstos no inciso XXIV do art. 5º da Constituição Federal, *literis*:

*"XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, **ressalvados os casos previstos nesta Constituição;**" (Grifei)*

9. Como se vê, a desapropriação de bens dos particulares, mesmo embasada na necessidade e utilidade públicas, ou no interesse social, não dispensa a justa e prévia indenização em dinheiro como uma forma de recompor o patrimônio compulsoriamente transferido. Como exceção à obrigatoriedade do pagamento integral em moeda corrente figuram, justamente, os casos em que a desapropriação



MS 25.391 / DF

desempenha a dupla função de: atender ao interesse da sociedade e a de punir o seu titular privado pelo descumprimento da função social da propriedade (inciso XXIII do art. 5º da Constituição, combinado com o inciso III do art. 170 e o art. 184 da mesma Carta Magna Federal).

10. Essa característica de sanção não tem como única consequência o pagamento de parte da indenização em títulos da dívida agrária, resgatáveis no prazo de até vinte anos. Constituindo uma punição ao particular, a desapropriação para reforma agrária, nos moldes do art. 184 da Carta Magna, está sujeita à observância de requisitos constitucionais e legais, bem como às garantias do contraditório e da ampla defesa.

11. Nesse rumo de idéias, não se pode negar as diferenças entre a desapropriação-sanção e aquela por utilidade ou necessidade pública, a começar pelo decreto expropriatório. Daí que, à luz do § 2º do art. 184 da Constituição Federal, "o decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor ação de desapropriação". **Em outras palavras, o decreto do Presidente da República não só declara o interesse social, como também autoriza a propositura da ação desapropriatória** (de idêntico teor é o § 2º do art. 5º da Lei 8.629/93).

12. Poder-se-ia objetar que o mesmo efeito tem o decreto que, por hipótese, declara um imóvel como de utilidade pública. **Sucedo que, na desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, só se pode autorizar a propositura da ação expropriatória após a verificação, mediante processo administrativo, dos requisitos constitucionais e legais de aplicação da sanção.** Se o



MS 25.391 / DF

decreto autoriza a propositura da ação, é porque já se apurou que o imóvel é suscetível de desapropriação-castigo. E isto se verifica por meio de processo administrativo em que se garantam o contraditório e a ampla defesa às partes privadas da relação em causa.

13. Interessante observar que o Presidente da República, no decreto desapropriatório, cita expressamente o número do processo administrativo a cargo do INCRA e autoriza, também de forma expressa, a propositura da ação de desapropriação. **Não qualquer desapropriação, mas aquela "na forma prevista na Lei Complementar nº 76, de 06 de julho de 1993"**¹ (fls. 168/169). No caso da desapropriação-sanção, o decreto presidencial, destarte, encampa todo o processo do INCRA. Como devidamente firmado por este Supremo Tribunal Federal no MS 24.443/DF, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, "*consumado o processo administrativo pelo Presidente da República, os atos intermediários deixam de ser impugnáveis independentemente e o Presidente da República passa a ser a única autoridade coatora*".

14. Com a devida venia de entendimento contrário, penso que, **no caso específico de desapropriação-sanção**, o decreto presidencial não pode vir antes do processo administrativo em que se verifiquem os pressupostos constitucionais e legais. Até porque apenas nesse tipo de desapropriação é que se faz necessário um processo administrativo contraditório.

15. Também a legislação infraconstitucional, penso, segue na mesma trilha. Daí o *caput* do art. 2º da Lei 8.629/93 assentar que

¹ Reconheço a plausibilidade jurídica da tese defendida pelo Presidente da República, mas, diante desse fato, não tenho qualquer dúvida em recusá-la. O decreto presidencial não declara o interesse social e deixa em aberto a forma da



MS 25.391 / DF

"a propriedade rural que não cumprir a função social prevista no art. 9º é passível de desapropriação". E vem o seu § 2º e averba que, "para os fins deste artigo [ou seja, para os fins de verificação do cumprimento da função social da propriedade], fica a União, através do órgão federal competente, autorizada a ingressar no imóvel de propriedade particular para levantamento de dados e informações, mediante prévia comunicação escrita ao proprietário, preposto ou seu representante". Já o § 2º do art. 2º da Lei Complementar 76/93 prevê que "declarado o interesse social, para fins de reforma agrária, fica o expropriante legitimado a promover a vistoria e a avaliação do imóvel [...]". Equivale a dizer: enquanto a vistoria para levantamento de dados e informações ocorre antes de declarado o interesse social para fins de reforma agrária (até porque só se poderá destinar o imóvel à reforma agrária se preenchidos os requisitos próprios), a vistoria para avaliação do imóvel ocorre depois.² Cuida-se, então, de um encadeamento lógico de etapas: primeiro, atualiza-se o cadastro da propriedade junto ao INCRA e se verifica se ela é ou não passível de desapropriação para reforma agrária; em caso afirmativo, o Presidente da República, dentro de sua política administrativa, declara o imóvel como de interesse social, autorizando a propositura da ação desapropriatória; por fim, e já para o efeito preparar a emissão dos títulos da dívida agrária e providenciar o pagamento em dinheiro das benfeitorias úteis e necessárias, requisitos da ação de desapropriação, o expropriante volta ao imóvel para avaliá-lo.

16. Pois bem, torno a frisar que todo esse tratamento diferenciado é devido à natureza punitiva da desapropriação por

desapropriação. Ele determina, desde logo, que a ação expropriatória se dará na forma da Lei Complementar 76/93. Desapropriação-pena, portanto.



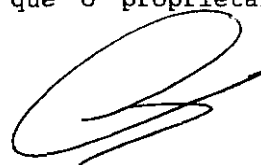
MS 25.391 / DF

interesse social para o fim de reforma agrária. É certo que, disse bem o impetrado, eventuais vícios do processo administrativo a cargo do INCRA são suscetíveis de questionamento no bojo da ação desapropriatória (art. 9º da Lei Complementar 76/93). Entretanto, se limitados a ela, não teria o proprietário como impedir a perda da posse do imóvel e a averbação do ajuizamento da ação no registro competente, medidas que, por si, já lhe trazem prejuízos (incisos I e III do art. 6º da Lei Complementar 76/93). Dessarte, a simples propositura da ação já configura uma constrição, dado que o particular se vê despojado de um imóvel que pode até vir a ser julgado como insuscetível de desapropriação.³ Isto sem contar a frustração das expectativas daqueles já eventualmente assentados.

17. Por essas razões, Senhor Presidente, desacolho a preliminar de não-conhecimento do *mandamus*, o que faço para confirmar a jurisprudência da Corte no sentido de que, em se tratando de desapropriação para fins de reforma agrária, é de se analisar ocasionais vícios do processo administrativo (a cargo do INCRA) quando do julgamento do *writ* impetrado contra o decreto presidencial.

² Não vejo qualquer óbice em que se proceda à avaliação do imóvel quando da vistoria preliminar, antes, portanto, da expedição do decreto presidencial. O contrário, a meu ver, é que não pode ocorrer.

³ E aqui não seria desarrazoado pensar em um dever da União de reparar todos os prejuízos por acaso ocorrentes durante o tempo em que o proprietário esteve, indevidamente, sem a fruição do seu bem.



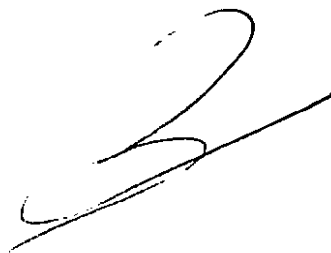
V O T O

(MÉRITO)

18. Superada a questão preliminar, passo ao exame de cada um dos fundamentos da autora. O primeiro deles é a suposta invalidade da notificação da vistoria prévia, dado que recebida por pessoa sem poderes de representação. Não é o que se observa da análise dos autos. A Notificação/INCRA/SR-13/G/Nº 323/2004 foi recebida pelo advogado Luiz Carlos M. de Negreiro (fls. 80) e a impetrante não demonstrou que ele estivesse destituído de poderes para representá-la (MS 23.031/AL, Rel. Min. Moreira Alves). Há, nos autos, prova em sentido contrário. É que a notícia-crime, formulada pela autora, retratada às fls. 177/179, foi subscrita pelo mesmo causídico. Ademais, um funcionário da acionante acompanhou a vistoria, o que deixa claro o cumprimento, pelo INCRA, do dever legal de notificação prévia.

19. Também o segundo fundamento do *mar am s* não merece melhor sorte. Às fls 149/150, consta aviso de recebimento endereçado à impetrante, intimando-a da atualização cadastral do imóvel. Como bem ressaltou o impetrado, o endereço para o qual se enviou a correspondência foi o constante da matrícula nº 6.858 e do laudo agrônômico. A autoridade apontada como coatora afirma ainda haver o INCRA telefonado para a sede da empresa e confirmado seu endereço.

20. É de se observar que a autora, na inicial, deixa de afirmar, ao menos categoricamente, não haver recebido a intimação. Apenas elenca os supostos vícios do AR e do envelope e diz que, diante deles, seria "impossível" haver recebido a intimação (mas não diz, com todas as letras, que não recebeu). Como ponderou o Procurador-Geral da República, "a controvérsia sobre os fatos é



MS 25.391 / DF

demasiada para se avaliar a validade do ato", principalmente em sede de mandado de segurança.

21. Prossigo para analisar o terceiro fundamento da impetrante, qual seja, o da impossibilidade de desapropriação do imóvel, por se localizar em área de floresta amazônica (art. 1º da Portaria/MEPF 88/99) e por ser objeto de Plano de Manejo Florestal Sustentável (art. 7º da Lei 8.629/93). Mais uma vez com razão o impetrado. Transcrevo, inicialmente, o art. 1º e seu parágrafo único da Portaria/MEPF 88/99, *in verbis*:

"Art. 1º. Fica proibido a desapropriação, a aquisição e outras quaisquer formas de obtenção de terras rurais em áreas com cobertura florestal primária incidentes nos Ecossistemas da Floresta Amazônica, da Mata Atlântica, e do Pantanal Mato-Grossense e em outras áreas protegidas, assim definidas pelos órgãos federais e estaduais do meio ambiente.

Parágrafo único. Excetua-se da proibição prevista neste artigo as terras rurais destinadas à criação de projetos de assentamento agroextrativista, que atendam as exigências previstas em normas internas do INCRA." (Grifei)

22. Muito bem. Em primeiro lugar, não há dúvida de que a área objeto do decreto expropriatório tem cobertura florestal primária incidente no Ecossistema da Floresta Amazônica (o próprio laudo agrônomo do INCRA o diz). Acontece que a vedação posta pelo *caput* do art. 1º da referida Portaria não é absoluta, dado que excepcionada pelo seu parágrafo único. Em conformidade, ressalte-se,

MS 25.391 / DF

com o inciso II do art. 186 da CF e o § 6º do art. 37-A do Código Florestal, que prevê a mesma exceção. Confira-se:

"§ 6º. É proibida, em área com cobertura florestal primária ou secundária em estágio avançado de regeneração, a implantação de projetos de assentamento humano ou de colonização para fim de reforma agrária, **ressalvados os projetos de assentamento agro-extrativista**, respeitadas as legislações específicas."
(Grifei)

23. Assim, desde que destinadas à implantação de projeto de assentamento agroextrativista - o que foi recomendado pela Procuradoria do INCRA (fls. 556/565) e solicitado pelos trabalhadores da região (fls. 584) -, as terras da "Fazenda Continental III - Lote A" estavam disponíveis para desapropriação.

24. Também o óbice de que trata o art. 7º da Lei 8.629/93, ou seja, a impossibilidade de desapropriação de área objeto de implantação de projeto técnico, não protege a impetrante. É que, conforme salientado pelo Presidente da República, não há, nos autos, prova do cumprimento dos requisitos ensejadores da proteção legal. Senão veja-se:

I - embora a acionante haja anexado aos autos Projeto de Manejo Florestal Sustentável, subscrito por profissional legalmente habilitado e identificado (inciso I do art. 7º da Lei nº 8.629/93), não comprovou o cumprimento dos demais requisitos legais: a) cronograma físico-financeiro (inciso II); b) efetiva utilização de,



MS 25.391 / DF

no mínimo, 80% da área total aproveitável⁴ (inciso III); c) aprovação do projeto pelo órgão federal competente (inciso IV);

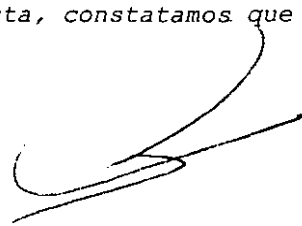
II - no ponto, é de se aclarar a controvérsia acerca do documento de fls. 176. Trata-se de uma declaração supostamente firmada pelo Superintendente Regional do INCRA no Estado de Mato Grosso, em que se afirma ser o imóvel rural "objeto de projeto de manejo sustentado amparado legalmente; razão pela qual, liberamos o imóvel para uso normal". Sucede que, Senhores Ministros, o próprio Superintendente Regional do INCRA no referido Estado afirma, peremptoriamente, às fls. 567/572, que jamais firmou tal declaração, cuidando-se de "falsificação grotesca".

III - há indícios de que a empresa-autora, por meio da petição de fls. 81, protocolada em 22/06/2004, solicitou a expedição da declaração do INCRA, "liberando o imóvel (...) para uso normal, tendo em vista a existência de projeto de manejo sustentado". Sucede que a declaração de fls. 176 está datada de 15/06/2004, antes, portanto, da própria solicitação. Mais: às fls. 567/571, o Superintendente Regional do INCRA afirma que a autarquia se encontrava em greve no dia 15 de junho de 2004. Por fim, mesmo a vistoria prévia havendo ocorrido somente em 09 de julho de 2004 (fls. 86), a referida declaração, de 15 de junho daquele ano, a ela se refere como um acontecimento passado.⁵

25. Por essas razões, só posso concluir pela não comprovação dos requisitos legais do art. 7º da Lei 8.629/93. Para

⁴ Ao contrário, consta, às fls. 142, que os graus de utilização da terra (GUT) e de eficiência na exploração (GEE) da "Fazenda Continental III - Lote A" são iguais a zero por cento.

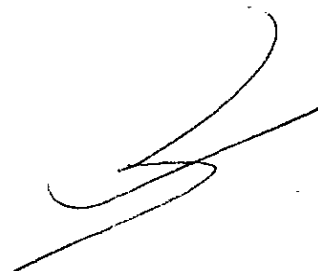
⁵ "após procedida a vistoriado o [sic] imóvel em pauta, constatamos que o mesmo é objeto de projeto (...)".



se chegar a conclusão diversa, faz-se necessária a instrução probatória, incabível em sede de mandado de segurança.

26. Por fim, é de se rechaçar os dois últimos fundamentos da impetrante. Quanto à falta de intimação da entidade representativa da classe produtora (art. 2º do Decreto 2.250/97), pacificou-se a jurisprudência desta Casa de Justiça no sentido de somente reputar como necessária a intimação se a própria entidade houver indicado a área a ser desapropriada, o que não se deu no caso (MS 23.312/PR, Rel. Min. Maurício Corrêa; MS 23.889/MS, Rel. Min. Moreira Alves; MS 25.185/DF, Rel. Min. Carlos Velloso). Quanto à invasão da propriedade por integrantes do Movimento dos Sem-Terra, a própria autora reconhece que o fato ocorreu bem depois da vistoria do INCRA (a invasão se deu em 16/04/2005 e a vistoria, em 09/07/2004), o que afasta o óbice do § 6º do art. 2º da Lei 8.629/93 (MS 25.186/DF, Rel. Min. Carlos Britto; MS 24.484/DF, Rel. p/ acórdão Min. Eros Grau).

27. Ante o exposto, voto pela **denegação** da segurança e casso a liminar deferida. Determino ainda o envio de cópia dos autos, naquilo que interessa, ao Ministério Público da União para aquilatar do cometimento de crime.



11/02/2008

PLENÁRIO

MANDADO DE SEGURANÇA 25.391 DISTRITO FEDERAL

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Agora, Ministro, para assentamento? Teremos assentamento em área destinada à preservação da própria Floresta Amazônica?

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (RELATOR) – Segundo a Procuradoria do INCRA e pedido expresso dos trabalhadores sem-terra, assentamento para fim exclusivamente agroextrativista.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Extrativista, o que não é permitido.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (RELATOR) – Não, agroextrativista é permitido expressamente pelo artigo 1º da Portaria nº 88/99, em causa.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Em área da Floresta Amazônica?

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (RELATOR) – Sim, em área da Floresta Amazônica. As terras destinadas à criação de projetos de assentamento agroextrativista, que atendam as exigências previstas em normas internas do INCRA.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Vossa Excelência veja: se já é difícil, com titularidade única, haver a exploração limitada, o que se dirá com o assentamento de colonos?

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (RELATOR) – Excelência, vou ler e também reler o artigo 37-A do Código Florestal, que é mais claro na elucidação deste questionamento. O comando é proibitório; essa é a regra geral.

“§ 6º. É proibida, em área com cobertura florestal primária ou secundária em estágio avançado de regeneração,” – mas aí é uma questão de fato também suscetível de análise nesta via processual contida do **habeas corpus** – “a implantação de projetos de assentamento humano ou de colonização para fim de reforma agrária, **ressalvados os projetos de assentamento agroextrativista**, respeitadas as legislações específicas.”

Então, desde que destinadas à implantação de projeto de assentamento agroextrativista – o que foi recomendado pela Procuradoria do INCRA (fls.556/565) e

MS 25.391 / DF

solicitado pelos trabalhadores da região (fls. 584) -, as terras da “Fazenda Continental III – Lote A” estavam disponíveis para desapropriação.

Estou equacionando à luz da legislação. Se no plano dos fatos há desvio ou possibilidade de desvio, tenho para mim que isso refoge.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – E sob o ângulo constitucional, Ministro? Porque a reforma agrária objetiva o assentamento e já se vislumbra possibilidade de se tocar, de qualquer forma, a exploração.

Tem-se preceito que direciona à preservação do meio ambiente.

Indago: não há desvio de finalidade em se desapropriar, para efeito de reforma agrária, área tida pela Constituição Federal como de preservação obrigatória?

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (RELATOR) – O que a Constituição diz, exige é:

“Art.186.....

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;”

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Não posso conceber essa utilização quando se tem a exploração coletiva, uma exploração, que diria, praticamente – ante até o parcelamento –, desorganizada. Há a inviabilidade de se direcionar essa exploração.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (RELATOR) – Excelência, a questão de direito que estamos discutindo aqui é interessante: saber se a propriedade em causa é insuscetível de desapossamento.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Entendo, de início, que sim.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (RELATOR) – Aí, estou entendendo que, à luz do Direito, não. Ela não é insuscetível, mas viável a desapropriação.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – A não ser que se sobreponha a norma ordinária à própria Constituição Federal.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (RELATOR) – Não, mas a Constituição não proíbe.

O SR. MINISTRO GILMAR MENDES (PRESIDENTE) – Trata de

MS 25.391 / DF

terras existentes na área Amazônica, Floresta Amazônica, neste caso a desapropriação.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Área, terras de preservação, considerado o ecossistema amazônico.

O SR. MINISTRO GILMAR MENDES (PRESIDENTE) – Sim. E, nesse caso, a desapropriação se destina aparentemente a assentar famílias, mas com destinação econômica específica, de extrativismo. É isso que se diz.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (RELATOR) – É isso que se diz; é isso que está aqui.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Se já é difícil controlar essa espécie limitada de exploração quando realizada por pessoa jurídica, o que se dirá quando se tem assentamento.

O SR. MINISTRO MENEZES DIREITO – Interessante observar que a empresa impetrante, proprietária da área, também está desenvolvendo um projeto específico de manejo dito auto-sustentável.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (RELATOR) - Sem dúvida.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Só que o desenvolvimento não estaria consentâneo com as exigências legais.

O SR. MINISTRO MENEZES DIREITO – Não, pior do que isso. Pelo que está na documentação distribuída, há uma impetração feita por uma empresa que alega que, nesta área de sua propriedade, está sendo realizado um projeto chamado de “Manejo Florestal Sustentável”, e todas as afirmações existentes nos autos dão conta que isso não é verdadeiro. Não existe isso.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (RELATOR) – Aparentemente, é falso o documento.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Mas vamos admitir que haja realmente essa deficiência. Levaria ao extremo de se passar a assentamento na área?

O SR. MINISTRO MENEZES DIREITO – Não, um instante Ministro Marco Aurélio. Deixe-me concluir.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Se já não se consegue controlar a empresa uma, como controlar sessenta famílias assentadas na área?

O SR. MINISTRO MENEZES DIREITO – Então, a matéria de fato que

MS 25.391 / DF

existe é esta: a área de propriedade é de uma empresa que afirma estar desenvolvendo um projeto chamado de “Manejo Florestal Sustentável”. Os autos dão conta, pelo menos as informações disponíveis são estas: de que não existe a disponibilidade desse projeto, ou seja, esse projeto não existe. E o Governo entra desapropriando, e a alegação é que não poderia haver a desapropriação porque essa área estaria dentro da Floresta Amazônica. Parece-me que o parecer da Procuradoria da República põe a questão muito adequadamente, como o Ministro Carlos Britto acabou de enfatizar. É que estamos examinando, pelo menos essa é a minha compreensão, se é possível ou não a expropriação desta área. E não existe nenhuma disciplina legal que impeça essa desapropriação, ou seja, a área é expropriável.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Ministro, isso decorre da Constituição Federal, principalmente do que se contém no § 4º do artigo 225 a revelar que a Mata Atlântica e a Floresta Amazônica...

O SR. MINISTRO MENEZES DIREITO – Mesmo a Constituição Federal. O Ministro Carlos Britto indicou que poderia ser feita a expropriação desta área porque não haveria nenhuma disciplina legal e constitucional que impediria esse acesso.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – ... são patrimônios nacionais.

O SR. MINISTRO MENEZES DIREITO – Essa é a razão pela qual o Ministro Carlos Britto está pondo exame nesta questão de ser ou não a área expropriável.

Concluindo, de acordo com o disposto na Constituição, que a área, sim, é expropriável.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (RELATOR) – É, teoricamente, expropriável. Penso que a legislação não proíbe, claro que com todos os cuidados de que trata a própria Constituição. Nesse dispositivo citado por Vossa Excelência.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Ministro, estamos a desconhecer a realidade brasileira.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (RELATOR) – Mas, aí, é uma questão de fato. Em mandado de segurança, vamos ante-supor que o projeto será desviado na sua finalidade.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Não, Ministro. É o

MS 25.391 / DF

problema de definir o objeto da desapropriação: se é possível, ou não, considerada a interpretação sistemática da própria Constituição Federal.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (RELATOR) – Vou ler a Constituição no próprio dispositivo citado pelo Ministro Marco Aurélio, é o § 4º do artigo 225:

“§ 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.”

Exatamente como fez o Código Florestal.

O SR. MINISTRO GILMAR MENDES (PRESIDENTE) – A própria legislação permite a exploração parcial.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Ministro, é difícil preservar. A lei permite realmente. O que aponto é que a premissa, segundo a qual essas terras podem ser desapropriadas para efeito de reforma agrária, para se ter assentamento de famílias, não se coaduna com a destinação delas, mas é um ponto de vista que já vi ser isolado no Plenário.

O SR. MINISTRO GILMAR MENDES (PRESIDENTE) – Vamos aguardar.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Não, pelas manifestações.

Obs.: Texto sem revisão do Exmo. Sr. Ministro Menezes Direito. (§ 3º do artigo 96 do RISTF, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 26, de 22 de outubro de 2008)

11/02/2008

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANCA 25.391 DISTRITO FEDERAL**D E B A T E**

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Senhor Presidente, Vossa Excelência me permite antes de retomar; eu gostaria de ficar numa preliminar, a cujo respeito não quis interromper o voto de Sua Excelência.

O que me está preocupando aqui é o problema da prova da intimação oportuna da impetrante no processo. Porque, na petição inicial, há contestação formal de que ela não tenha sido intimada oportunamente. Diz assim:

"Ocorre, que há informações nos autos de que referido ofício teria sido encaminhado ao proprietário do imóvel via Correio com aviso de recebimento (AR), o que nos causa no mínimo estranheza, pois nas fls. seguintes ao ofício estão juntados cópias do envelope que o deveria ter encaminhado, bem como cópia do AR que o acompanharia, mas Exa., podemos verificar que são somente cópias que não trazem carimbo de postagem, data de postagem e nem mesmo o comprovante do recebimento por parte da Impetrante, isto porque além de todas as irregularidades acima citadas, temos que o endereço constante do envelope não é o da Impetrante, pois seu endereço real é Rodovia MT 160, Km 12, na Cidade de Alta Floresta - MT, e o endereço que consta da correspondência é Rodovia BR 163, Km 830, da Cidade de Sinop,



MS 25.391 / DF

portanto impossível de ser recebido pela Impetrante."

Por via de consequência, está negando ter sido oportunamente intimada.

Vossa Excelência fez referência - e isso consta também dos pareceres e das manifestações - de que teria sido intimado o advogado criminal, que tem procuração para uma ação penal.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (RELATOR) - É uma notícia-crime. Ele foi quem recebeu. A notificação foi recebida por ele.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - A menos que ele tenha poderes para receber citação, qualquer intimação que se faça em outro processo na pessoa desse advogado não alcança o constituinte.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (RELATOR) - No Mandado de Segurança nº 2.331, houve um caso - penso - idêntico a esse, o Relator foi o Ministro Moreira Alves, e o Supremo Tribunal Federal deu por satisfeita a exigência



MS 25.391 / DF

legal se o causídico recebe e não demonstra que não tinha poderes para tanto.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Não, mas neste caso a presunção é contrária, porque ele é o advogado que recebeu poderes para atuar em ação penal. Se ele fosse advogado que tivesse poderes - vamos dizer - gerais, ...

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (PRESIDENTE)
- Se tivesse atuando no procedimento administrativo.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Administrativo, aí, sim. Mas é advogado que recebeu poderes para atuar em ação penal, então a presunção é de que não tenha poderes para receber citação ou intimação em outro tipo de processo, muito menos em procedimento administrativo.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (RELATOR) - Mas é que as coisas estão imbricadas. Foi ele quem subscreveu a notícia-crime.

O SR. MINISTRO MENEZES DIREITO - Mas, mais do que isso, Ministro Carlos Ayres Britto, parece que consta

MS 25.391 / DF

das fls. 86 dos autos a indicação de que essa comunicação do advogado para a empresa foi efetivamente realizada. Tanto isso é verdade que se dá notícia de que, quando da vistoria pelo INCRA, o representante da empresa, Senhor Lauro Dornelles de Noronha, acompanhou detidamente todo o procedimento. O que gera a conclusão, pelo menos na minha avaliação, de que a notificação alcançou o objetivo desejado.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (RELATOR)) - Eu penso também.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Eu só queria a confirmação, primeiro, de que esse fato realmente existe e de que houve essa comunicação ao advogado; e, segundo, de que essa pessoa seja realmente o representante legal da empresa.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (RELATOR) - Um funcionário da acionante acompanhou a vistoria. Isso também está nos autos. Penso que a exigência da comunicação prévia se encontra razoavelmente satisfeita no processo.

MS 25.391 / DF

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Não, mas essa comunicação foi feita?

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (RELATOR) - Às folhas 149 e 150, delas consta aviso de recebimento endereçado à impetrante, intimando-a da atualização cadastral do imóvel.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Sim. Mas Vossa Excelência fez referência ao fato de que ela foi encaminhada para o endereço constante do registro de imóvel.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (RELATOR) - É porque também se questionou quanto à autenticidade desse endereço.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Então. E ela está dizendo que o endereço dela não é esse, mas outro.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (RELATOR) - Mas aqui está dito assim:

MS 25.391 / DF

(...) "consta aviso de recebimento endereçado à impetrante, intimando-a da atualização cadastral do imóvel. Como bem ressaltou o impetrado, o endereço para o qual se enviou a correspondência foi o constante da matrícula nº 6.858" - do imóvel - "e do laudo agrônômico. A autoridade apontada como coatora afirma ainda haver o INCRA telefonado para a sede da empresa e confirmado seu endereço."

Eu me dei por satisfeito diante dessa convergência de informações.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - O que me preocupa muito é que este não é o primeiro processo em que verifico isso. Já fui relator de uns dois ou três casos, tenho até os precedentes aqui, em que o INCRA não mostrou minuto escrúpulo em cumprir rigorosamente a exigência do devido processo legal. O mínimo que se deve exigir é que o interessado seja oportunamente intimado para poder exercer os poderes que a legislação prevê.

A circunstância de fatos posteriores apontarem eventualidade de ter tido conhecimento por via transversa, creio que não supre a exigência constitucional. Penso que o Tribunal tem de ser rigoroso nisto.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (RELATOR) - Vossa Excelência tem razão, como de hábito, no seu apego elogiável

MS 25.391 / DF

à observância do devido processo legal, mas eu também li para Vossas Excelências o seguinte trecho:

"Afora essa última questão de fato, impossível de se analisar em sede mandamental, é de se observar que a autora, na inicial, sequer afirma, categoricamente, não haver recebido a intimação."

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Mas eu li o trecho para Vossa Excelência está aqui às fls. 5.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (RELATOR) -
Categoricamente, ele não afirmou.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO -
Categoricamente.

(...) "portanto impossível de ser recebido pela Impetrante."

Está aqui. Ela disse que foi impossível receber a comunicação.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (RELATOR) - Pode repetir a leitura, Excelência?

MS 25.391 / DF

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Pois não. Ela estava falando sobre os ofícios que teriam sido enviados etc.

"Ocorre, que há informação nos autos de que referido ofício teria sido encaminhado ao proprietário do imóvel via Correio com aviso de recebimento (AR), o que nos causa no mínimo estranheza, pois, nas fls. seguintes ao ofício estão juntados cópias do envelope que o deveria ter encaminhado, bem como cópia do AR que o acompanharia, mas Exa., podemos verificar que são somente cópias que não trazem carimbo de postagem, data de postagem e nem mesmo o comprovante do recebimento por parte da Impetrante, isto porque além de todas as irregularidades acima citadas, temos que o endereço constante do envelope não é o da Impetrante, pois seu endereço real é Rodovia MT 160, Km 12, na Cidade de Alta Floresta-MT, e o endereço que consta da correspondência é Rodovia BR 163, Km 830, na cidade de Sinop, portanto impossível de ser recebido pelo Impetrante."

Está negando categoricamente que teria sido oportunamente intimado.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (RELATOR) - Interessante. Li e não interpretei assim. Mas entendo que, quanto ao devido processo legal, o processo está correito e não merece censura, **data venia**, de entendimento contrário.



MS 25.391 / DF

Obs.: Texto sem revisão do Exmo. Sr. Ministro Menezes Direito. (§ 3º do artigo 96 do RISTF, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 26, de 22 de outubro de 2008)

11/02/2008**TRIBUNAL PLENO**

MANDADO DE SEGURANÇA 25.391 DISTRITO FEDERAL
VISTA

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU: - Senhor Presidente, saber se nós ficamos adstritos à exigência ou vamos à materialidade dos efeitos, penso tratar de matéria muito importante.

Peço vista.



PLENÁRIO**EXTRATO DE ATA****MANDADO DE SEGURANÇA 25.391-6**

PROCED.: DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO

IMPTE.(S): BACAERI FLORESTAL LTDA

ADV.(A/S): MARCELO BERTOLDO BARCHET E OUTRO(A/S)

IMPDO.(A/S): PRESIDENTE DA REPÚBLICA

ADV.(A/S): ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: Após o voto do Senhor Ministro Carlos Britto (relator), que denegava a segurança, pediu vista dos autos o Senhor Ministro Eros Grau. Ausentes, justificadamente, a Senhora Ministra Ellen Gracie (Presidente), os Senhores Ministros Joaquim Barbosa, Ricardo Lewandowski, a Senhora Ministra Cármen Lúcia e, neste julgamento, o Senhor Ministro Celso de Mello. Falou pela impetrante o Dr. Marcelo Bertholdo Barchet. Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes (Vice-Presidente). Plenário, 11.02.2008.

Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes (Vice-Presidente). Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Cezar Peluso, Carlos Britto, Eros Grau e Menezes Direito.

Procurador-Geral da República, Dr. Antônio Fernando Barros e Silva de Souza.


Luiz Tomimatsu
Secretário

12/05/2010

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 25.391 DISTRITO FEDERAL
VOTO-VISTA

O SENHOR MINISTRO Eros Grau: A impetrante sustenta a nulidade do decreto presidencial que declarou a Fazenda "Continental III, Lote A" de interesse social para fins de reforma agrária.

2. O Relator, Ministro CARLOS BRITTO, denegou a segurança. Refutou os argumentos da impetrante com fundamento no exame dos documentos acostados aos autos e na jurisprudência deste Tribunal.

3. O debate travado quando da prolação desse voto girou em torno da intimação, da proprietária, no que tange à atualização cadastral do imóvel. No documento enviado pelo correio com aviso de recebimento, o INCRA informa à impetrante da reclassificação ex *officio* do imóvel, tornando-o passível de desapropriação, e abriu prazo para impugnação.

4. Pedi vista dos autos.

5. No MS n. 25.351, de que fui relator, esta Corte reafirmou sua jurisprudência no sentido de que as questões que demandam dilação probatória, incompatível com o rito mandamental, não podem ser objeto de debate em mandado de segurança:

"1. A impossibilidade de dilação probatória em mandado de segurança torna insuscetível de apreciação, ante a precariedade dos documentos juntados pelas partes, a questão relativa a fraude no aviso de recebimento da notificação ao proprietário do imóvel. Precedente [MS n.

MS 25.391 / DF

22.645, Relator o Ministro NÉRI DA SILVEIRA, DJ
24.08.2001]."

Acompanho o Relator. Denego a segurança, facultado à
impetrante o uso das vias ordinárias.

PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

MANDADO DE SEGURANÇA 25.391

PROCED.: DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. AYRES BRITTO

IMPTE.(S): BACAERI FLORESTAL LTDA

ADV.(A/S): MARCELO BERTOLDO BARCHET E OUTRO(A/S)

IMPDO.(A/S): PRESIDENTE DA REPÚBLICA

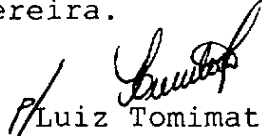
ADV.(A/S): ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: Após o voto do Senhor Ministro Carlos Britto (relator), que denegava a segurança, pediu vista dos autos o Senhor Ministro Eros Grau. Ausentes, justificadamente, a Senhora Ministra Ellen Gracie (Presidente), os Senhores Ministros Joaquim Barbosa, Ricardo Lewandowski, a Senhora Ministra Cármen Lúcia e, neste julgamento, o Senhor Ministro Celso de Mello. Falou pela impetrante o Dr. Marcelo Bertholdo Barchet. Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes (Vice-Presidente). Plenário, 11.02.2008.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, denegou a segurança. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso. Declarou impedimento o Senhor Ministro Celso de Mello. Ausentes a Senhora Ministra Ellen Gracie, em representação do Tribunal na 10ª Conferência Bienal da *International Association of Women Judges - IAWJ*, em Seul, Coréia do Sul, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa, licenciado e, neste julgamento, o Senhor Ministro Dias Toffoli. Plenário, 12.05.2010.

Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ayres Britto, Eros Grau, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia e Dias Toffoli.

Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos, e a Vice-Procuradora-Geral da República, Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira.


Luiz Tomimatsu
Secretário